

RELATÓRIO ESTUDO EXPLORATÓRIO

Violência e exploração sexual nas regiões de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá (ABCDRRM)

Pesquisadores: Claudinei Afonso

Renato Antonio Alves

Coordenação: Dagmar Silva Pinto de Castro

PACTO SÃO PAULO

Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

São Bernardo do Campo, maio de 2001.

APRESENTAÇÃO

Para se responder à solicitação de levantamento de dados referentes à violência e exploração sexual nas regiões de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá (ABCDRRM), feita à Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) foi realizado um Estudo Exploratório. Este estudo faz parte da proposta de desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa sobre a Exploração e a Violência Sexual à Criança e ao Adolescente no estado de São Paulo.

Este estudo foi coordenado pela prof.a Dagmar Silva Pinto¹ de Castro e contou com dois pesquisadores: Renato Antonio Alves² e Claudinei Affonso³.

O tempo de realização deste estudo foi de dez dias. Neste prazo estavam inclusas as formações da equipe, criação de uma metodologia para o levantamento dos dados, tabulação e análise dos resultados, organização e apresentação do estudo no I Encontro Regional do “Pacto São Paulo”, ocorrido no dia 18 de maio de 2001, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

¹ Psicóloga, doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia de USP, professora do curso de graduação da UMESP e integrante do Projeto Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão TEP/Social/Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia da UMESP.

² Psicólogo participante integrante do Projeto Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão TEP/Social/Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia da UMESP.

³ Aluno 5º anista do curso de Psicologia da UMESP e integrante do Projeto Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão TEP/Social/Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia da UMESP.

INTRODUÇÃO

Questões relacionadas à Exploração e Abuso Sexual, na maior parte das vezes, restringia-se ao mundo privado, imperando, em seu trato, a lei do silêncio e a falsa noção de que este problema imperava apenas nas camadas sociais mais empobrecidas.

Este tipo de pensamento apenas reforça o forte viés ideológico que circunda tanto as questões relacionadas a violência sexual como também as camadas empobrecidas de nossa sociedade.

Pela fragmentação e isolamento desta problemática a uma determinada classe e às instâncias individuais minimiza-se, ou até mesmo oculta-se, a relevância e abrangência deste tema, impedindo-se que se veja as conexões e inter-relações que possuem com todo o contexto social que a produz e reproduz.

A abertura de espaços para discussão e debate deste tema, tira-o deste lugar: privado, silencioso, obscuro e exatamente por isso extremamente danoso, para colocá-lo, a partir dos questionamentos que abrem as possibilidades de sua desconstrução, em um lugar onde, sendo mais visível, pode-se dar o seu combate: o espaço público.

Estamos, assim, na fronteira entre o público e privado. Como todo o espaço de fronteira, estamos num campo onde muitas vezes impera a resistência e as defesas. Romper fronteiras, desconstruir defesas e resistências no campo social muitas vezes se faz a partir da desfragmentação de realidades que são isoladas e estanques entre si.

No âmbito da violência isso se faz a partir da compreensão de que qualquer forma de violência, mesmo as que ocorrem no espaço privado, não é um problema individual, mas sim um problema público, passando a ser um problema de todos nós.

Nos últimos anos, várias iniciativas têm ocorrido em nível nacional para deslocar questões referentes à violência, do espaço privado para o público que, muito mais que o simples combate à violência, busca fundamentar os direitos básicos fundamentais para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

No campo específico da violência e exploração sexual infanto-juvenil, o Pacto São Paulo tem buscado uma articulação estadual na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e de formulações de políticas públicas específicas de prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estratégias neste campo não se dá de forma isolada, mas de alianças com os mais diferentes segmentos da sociedade. É neste sentido que se estabeleceu uma parceria entre o

Pacto São Paulo e a Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia da Universidade Metodista de São Paulo.

Hoje se torna necessário que a temática seja abordada de forma sistemática para que possamos levantar as características específicas deste fenômeno no estado de São Paulo. E, ao nosso ver, isso somente será possível se mantivermos em nossas consciências de que é na esfera pública que nós temos de combatê-la. Para tanto se faz extremamente necessário que se invista na conscientização e capacitação dos agentes privilegiados que estão em contato direto com as crianças, adolescentes e seus familiares.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

O objetivo deste Estudo Exploratório é levantar algumas características, tanto das crianças e adolescentes vítimas de violência sexuais (exploração e abuso sexual) como a de seus agressores, em denúncias registradas nos Conselhos Tutelares dos Municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (ABCDMRR), durante o ano de 2000.

Objetivos Específicos:

- a) Levantamento e organização de dados para apresentação no I Encontro regional do Pacto São Paulo na região do ABCDMRR.
- b) A partir dos resultados, elaborar planos de atuação e capacitação aos agentes privilegiados que estejam em contato com as crianças e adolescentes.
- c) Ser um estudo piloto para o desenvolvimento e planejamento de pesquisas em sistemas de rede em parcerias do Pacto São Paulo com outras universidades do estado;
- d) Ser o primeiro passo para a Elaboração de um Projeto de Pesquisa sobre a exploração e violência sexual à criança e adolescente na UMESP.

MÉTODO

Este trabalho caracteriza-se como um Estudo Exploratório que visa levantar o número de casos de violência sexuais (abuso e exploração sexual) contra a criança e ao adolescente denunciados nos Conselhos Tutelares na região do ABCDMRR.

1. Objeto do Estudo:

Foram estudadas 168 denúncias de violência sexuais, registradas nos Conselhos Tutelares dos Municípios do ABCDMRR durante o ano de 2000.

2. Instrumento

Para se atender ao objetivo proposto uma planilha foi elaborada para ser preenchida manualmente pelos Conselhos. Estruturada em colunas, a planilha tinha as seguintes caselas: a) tipo de abuso; b) agressor; c) gênero da criança; d) idade da criança; e) local da agressão; f) bairro da agressão; g) município da agressão; h) denunciante da agressão; i) renda da família; j) etnia; l) encaminhamentos.

3. Procedimentos

A realização deste Estudo contou com as seguintes etapas:

- a) Elaboração de planilha para recolhimento dos dados (Anexo 1);
- b) Contato com os Conselhos Tutelares por meio de solicitação formal, enviada por Fax pela Secretaria Executiva do Pacto Social; pedindo a colaboração para a realização deste estudo,
- c) Visita aos Conselhos Tutelares para orientações dos dados a serem levantados e prazos;
- d) Levantamento de dados pelos Conselhos Tutelares;
- e) Tabulação dos dados levantados;
- f) Breve levantamento bibliográfico sobre o tema⁴;
- g) Análise dos dados;
- h) Elaboração de relatório

3.1 Na Coleta dos Dados:

As planilhas foram encaminhadas aos Conselhos Tutelares, sendo entregues pessoalmente pelos pesquisadores em todos os Conselhos e orientados a respeito de seu preenchimento.

Nos Conselhos de São Bernardo I e II, Diadema I e II e Ribeirão Pires os resultados foram entregues pessoalmente aos pesquisadores no mesmo dia em que foram visitados. Os Conselhos de Santo André II, Mauá I e II e Rio Grande da Serra, entregaram os resultados via fax, em períodos que variaram entre 4 e 3 dias.

⁴ Alguns trabalhos que abordam este tema foram fornecidos para consulta pelo CRAMI: **BARRIONUEVO, V. C.** *Violência à Criança e ao Adolescente em Santo André e Região*. Monografia da disciplina de pediatria da Faculdade de Medicina do ABC. Santo André, 2000.; **GONSALVES, J.F.T.G.** *Atenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Relatório de Consultoria para Secretaria de Estado da Criança e Adolescente do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000. Além disso foi consultado o site do LACRI da USP (www.usp.br/ip/laboratorios/lacri)

Os Conselhos de Santo André I e São Caetano informaram que não seria possível se fazer este levantamento dentro dos prazos que dispúnhamos para o levantamento de dados. Por isso não constam dados referentes às regiões atendidas por estes Conselhos. O Conselho de São André I informou que para um levantamento deste tipo necessitaria de no mínimo três meses.

3.2 Na Organização dos dados Coletados

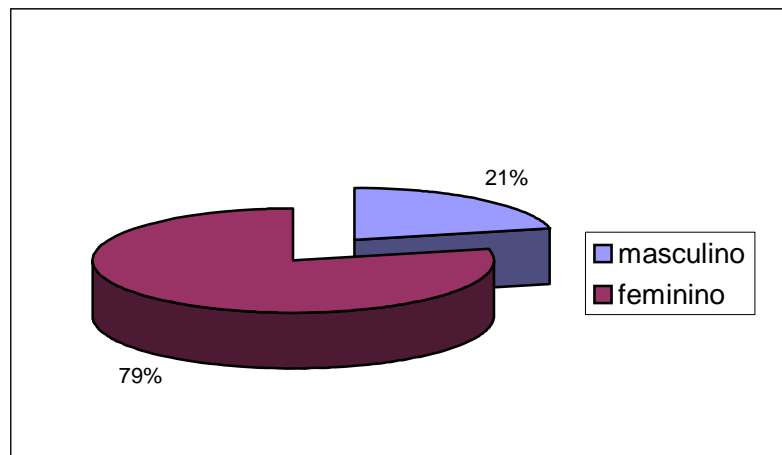
Foram computadas as freqüências dos dados levantados nos Conselhos considerando-se:

- a) tipo de violência: abuso sexual ou exploração sexual;
- b) gênero da criança;
- c) idade da criança: tanto por faixas (0-2; 3-5;... 15-17) como também entre crianças (0-11) e adolescentes (12-17);
- d) perfil do agressor: tanto intra-familiar (pais, padrastos, irmãos, tios, avós etc) como extra familiar (vizinhos, amigos, empregados, desconhecidos etc);
- e) origens das denúncias;
- f) quantidade de casos informados por cada Conselho.

RESULTADOS

Foram analisados 168 casos de violência sexuais, sendo 79% das vítimas do sexo feminino (fig. 1).

figura nº1 – gênero das crianças e adolescentes vitimadas sexualmente



Na população total as idades se distribuem da seguinte forma: 4% entre 0 e 2 anos; 18% entre 3 e 5 anos; 15% entre 6 e 8 anos; 12% entre 9 e 11 anos; 14% entre 12 e 14 anos e 11% entre 15 e 17 anos. Em 26% dos casos, não constavam as idades (fig. 2). Considerando-se apenas as idades identificadas e distribuindo-as entre crianças (0-11 anos) e adolescentes (12-17 anos), vemos que as crianças são as maiores vítimas da violência sexual, 66% das vítimas estão nesta categoria (fig. 3).

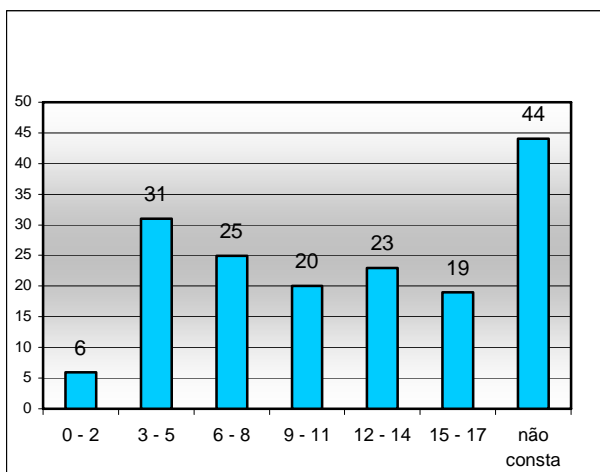


fig. 2 – idade da população vitimizada etárias identificadas

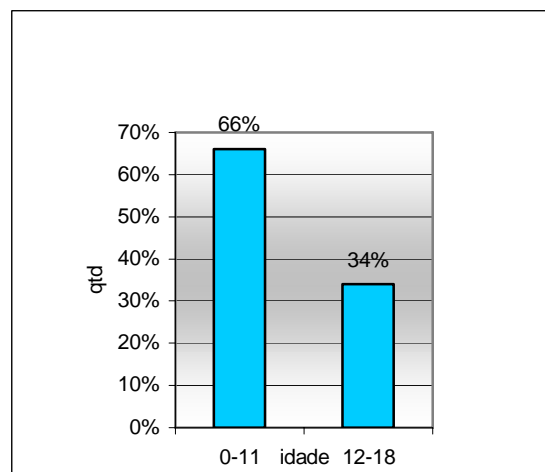
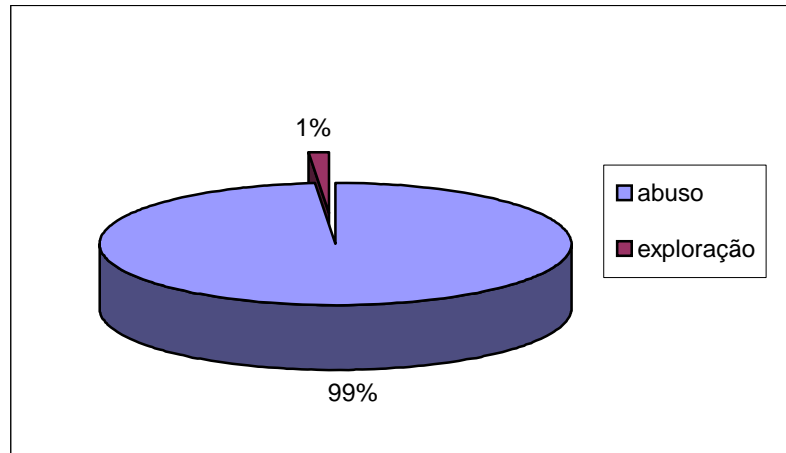


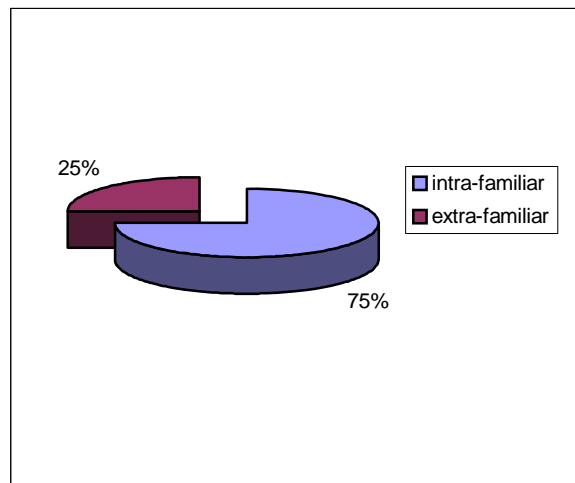
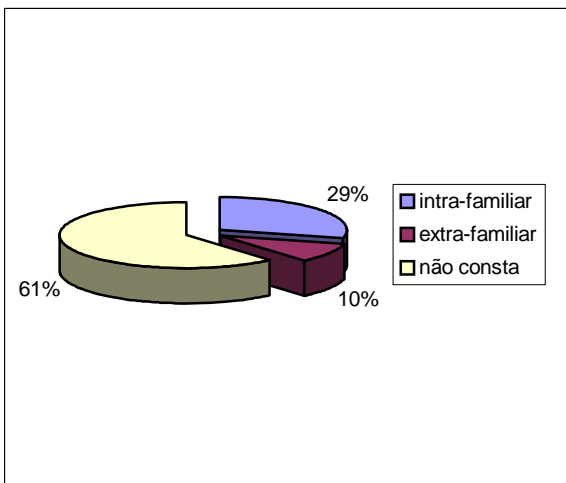
fig. 3 – distribuição entre as faixas

O tipo de violência sexual predominante pelas denúncias apresentadas foi o de abuso sexual, presente em 99% dos casos (fig. 4).

fig. 4 – tipo de violência sexual



Quanto ao perfil do agressor notou-se que em 61% dos casos (n=105) faltaram informações que lhe caracterizasse (fig. 5). Quando se considera apenas o grupo que possui esta informação (n=63), nota-se que em 75% dos casos o agressor é intra-familiar,



sendo 3 vezes mais que o grupo extra familiar (fig. 6).

fig. 5 – informações à respeito do perfil do agressor considerando apenas o grupo

fig 6 -perfil do agressor

que possui esta informação

Quando se observa as características do agressor intra-familiar nota-se que dos 47 casos constantes, 22 casos tiveram como agressor parentes de 1º grau (47%). Destes 22, 20 agressores eram o próprio pai da criança (fig. 7).

Ainda neste grupo dos agressores intra-familiar, observa-se também que 11 casos (23%) foram relativos à parentes de 2º grau e 14 casos (30%) foram cometidos por padrastos (fig. 7).

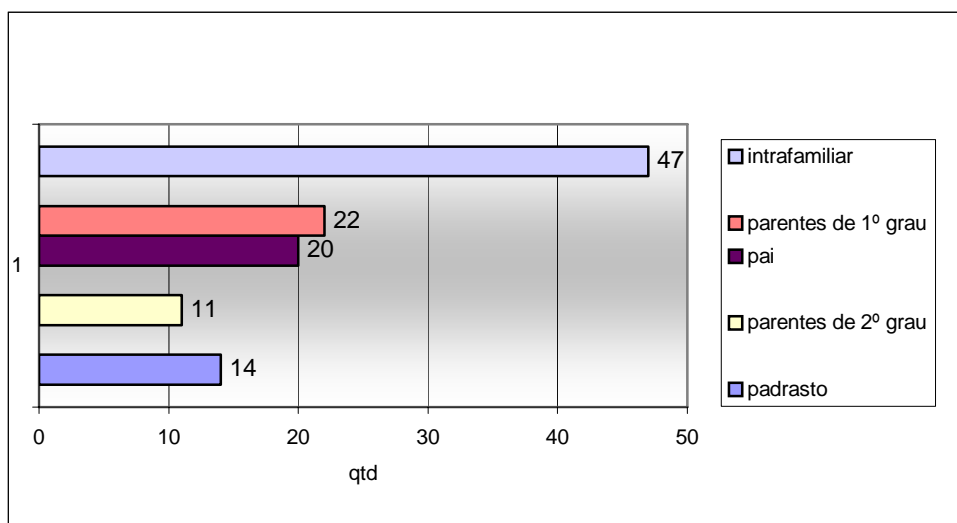


fig. 7 – Característica do agressor intra-familiar

Dos 16 casos referentes ao agressor extra-familiar, observa-se que 5 deles foram cometidos por agressores desconhecidos, enquanto os outros 11 foram realizados por pessoas conhecidas das vítimas. Neste último caso 6 agressores eram delas vizinhos.

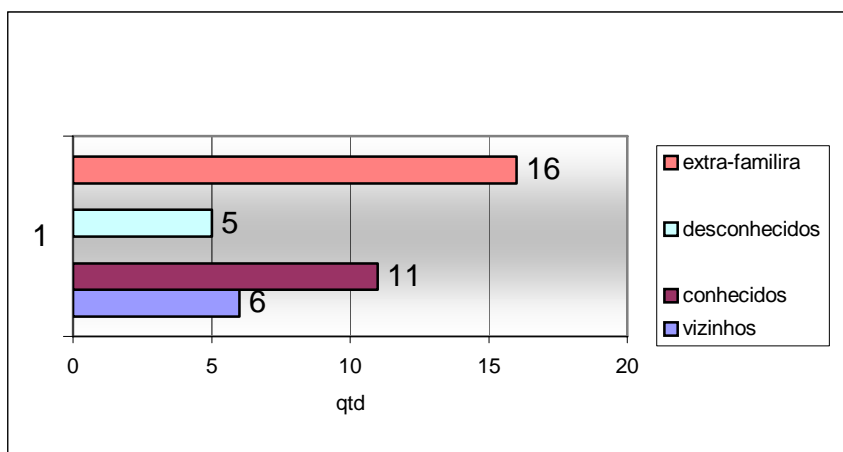
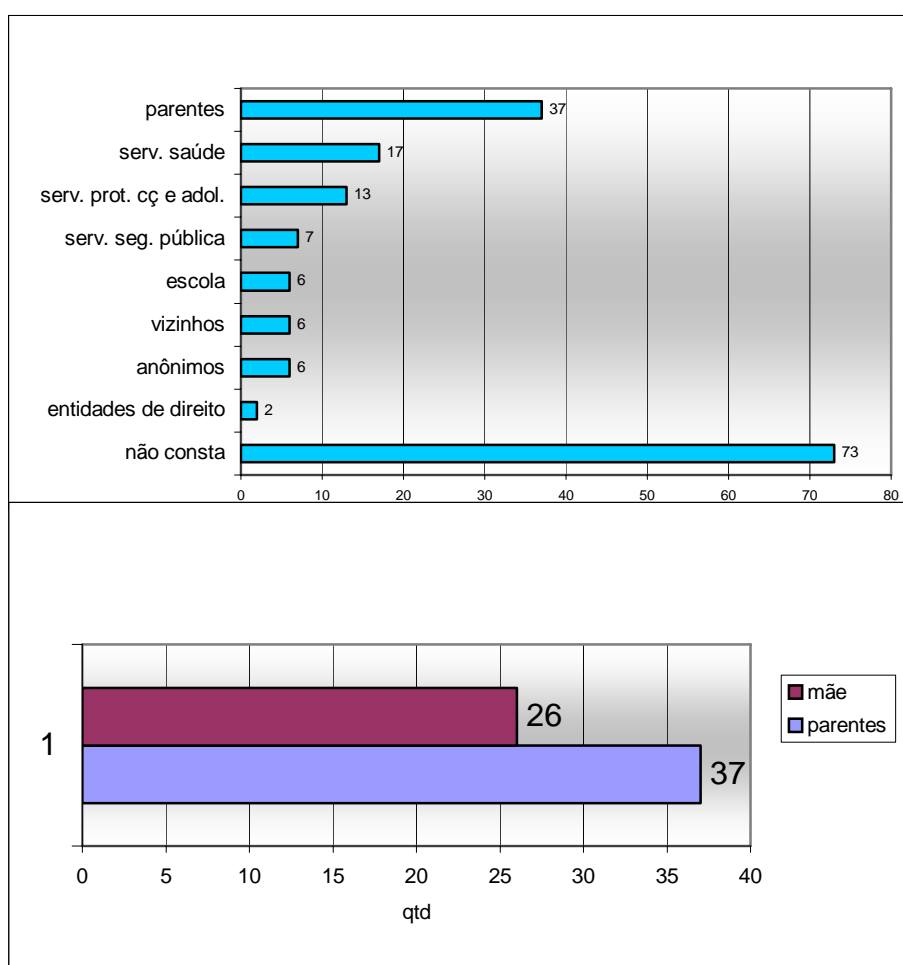


fig. 8 – Característica do agressor extra-familiar

Quando se observa a origem das denúncias destaca-se que em 43% dos casos não constam dados referentes a este item. Destaca-se também que 22% das denúncias são feitas por parentes, 10% por serviços de saúde como unidades básicas de saúde e serviços médicos, 8% por serviços de proteção à criança como o CRAMI, 4% por serviços de segurança pública como a Polícia Militar e as Delegacias de Defesa da Mulher, 5% pelas escolas, 4% por vizinhos, 5% anônimos, 1% por entidades de direito (fig. 9). Observa-se também que das 37 denúncias feitas pelos parentes, 70 % (n=26) foram feitas pelas mães das crianças (fig. 10).

fig. 9 – Origem das denúncias

fig. 10 – Relação de mães entre os parentes denunciadores

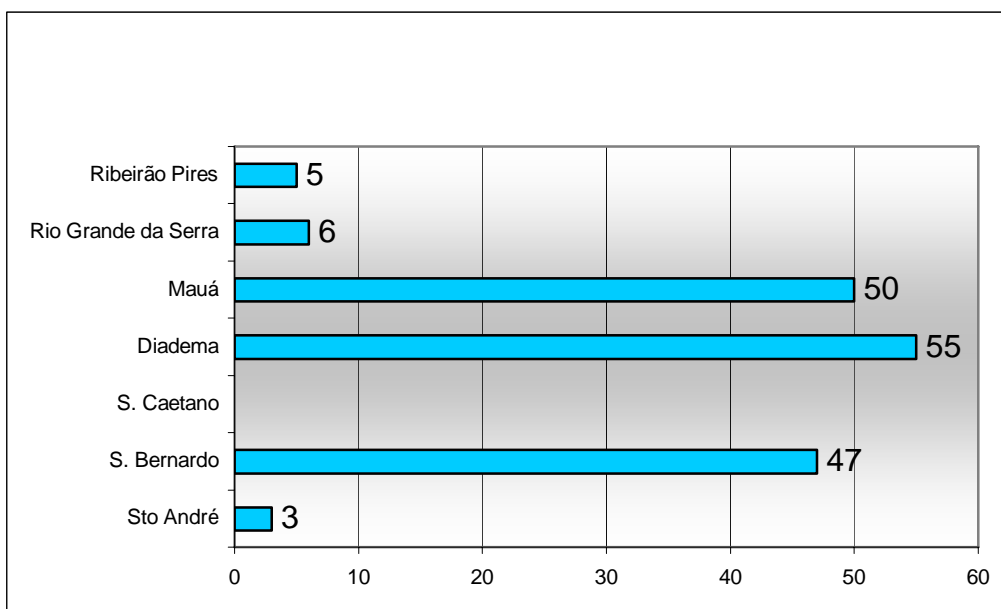


Quando se observa a quantidade de casos pelos municípios, verifica-se que Diadema conta com 33% dos casos, Mauá com 30% dos casos, São Bernardo do Campo com 28% dos casos, Rio Grande da Serra com 4%, Ribeirão Pires com 3% e Santo André com 2% dos casos. Lembra-se aqui que a não existência de casos no município de São Caetano se deve ao fato do Conselho Tutelar deste município não ter fornecido dados, conforme justificativa já exposta anteriormente. Ressalta-se também que os dados referentes ao município de Santo André referem-se apenas ao Conselho II, pois o Conselho I também não teve condições de fornecer os dados para este estudo (fig. 11).

fig. 11 – Quantidade de casos por municípios

Destaca-se ainda aqui que, dos 168 casos levantados, 96% deles foram encaminhados para o CRAMI.

Dados relativos à etnia e renda familiar não constaram.



ANÁLISE PARCIAL DOS DADOS

Observa-se pelos dados apresentados o predomínio do abuso à exploração sexual. Este dado evidencia que, nos Conselhos, são mais frequentes as denúncias de abuso sexual.

Atualmente é de conhecimento comum a existência de muitos casos de exploração sexual por meio da prostituição infantil e de adolescentes. O baixo número de denúncias deste aspecto da exploração sexual nos Conselhos pode estar denotando que há maior permissividade social a este aspecto da exploração infanto-juvenil.

A estranheza que nos causa os dados referentes à exploração sexual quando confrontada com a realidade, ainda que ao nível do senso comum, ressaltam que este fenômeno precisa ser aprofundado. Para estes casos, talvez fosse importante se ampliar o universo de pesquisa englobando os agentes privilegiados que estão diretamente em contato com aqueles(as) que estão arredados nesta prática.

Chama-nos a atenção o fato de o maior número das vítimas de abuso sexual se concentrarem na infância (0-11anos) e ser do sexo feminino. Destaca-se também que, nestes casos, houve predomínio da violência intra-familiar, tendo como principais agressores o pai e o padrasto. Chama-nos igualmente a atenção que, nos casos de violência extra-familiar, os agressores serem conhecidos das vítimas havendo nestes casos predomínio dos vizinhos.

Destacamos estes aspectos para enfatizarmos que o perfil do agressor se caracteriza como sendo adulto e do sexo masculino. Muito mais que uma simples caracterização, entendemos que este aspecto define um determinado modo de relação. Ao nosso ver, o que se tem nestes casos é uma relação que é hierárquica e de poder desigual dentro de uma cultura predominantemente masculina. Envolve em seu eixo relacional um adulto com uma criança, um pai ou padrasto com uma filha ou enteada, um homem com uma menina. Como já é sabido, este tipo de relação traz profundas implicações afetivas.

Ainda neste ponto, assinalasse que o espaço da casa e seu entorno é o local de maior risco para as crianças e adolescentes no que tange à violência sexual.

Dados como estes são os o que afirmam o que dissemos anteriormente. O problema da violência contra a criança e o adolescente não é um problema privado, mas sim público quando este espaço privado se torna palco de um exercício de poder que, sendo desfavorável à criança e ao adolescente, ameaça as suas integridades (física, psicológica e social).

Parece-nos que este nicho, que permite o exercício de um poder arbitrário tal qual está montado, começa a ser desconstruído quando se observa que a maior parte das denúncias é feita por parte de parentes, especialmente mães.

Creemos que é da visibilidade de dados como estes que permitem o planejamento de estratégias que assegurem os meios os atuais meios de denúncias, como também os ampliem para outros setores da sociedade. E não apenas isso, mas sabendo-se de algumas destas características também se possa estabelecer ações preventivas.

Outro fato que se destaca é o grande número de crianças atendidas pelo CRAMI. Da população total envolvida neste estudo. Foi o CRAMI o local de encaminhamento para 96% destes casos. Isto faz desta instituição um local privilegiado para o trabalho tanto com estas crianças como também para com as suas famílias.

CONSIDERAÇÕES

O alto índice de informações que não constam ocorre por não terem estes dados nos protocolos. Este fato evidencia a realidade de não haver um protocolo único nos Conselhos, e nem todos possuírem o detalhamento que era por nós pretendido.

Segundo o que nos foi informado pelos diversos Conselhos esta problemática será solucionada com a implantação e o uso do SIPIA, o que já vem sendo adotados nos Conselhos a partir de 2001. Nos Conselhos de São Bernardo do Campo este processo já está sendo utilizado desde de outubro de 2000.

Frente aos resultados aqui levantados para a nossa reflexão, apontamos alguns caminhos:

- a) **Formação de Rede entre a Universidade** para a realização da pesquisa;
- b) **Identificação e Sensibilização** dos espaços de realização da pesquisa (Escola, Serviços de Saúde, Conselhos etc)
- c) Elaboração de uma **Metodologia de Pesquisa Única** para todo o estado, com um processo de formação dos pesquisadores e dos agentes profissionais no responsáveis pelo recebimento e acompanhamento das vítimas para preenchimento mais adequados dos dados (classe social, etnia, escolaridade, religiosidade, dados nem sempre presentes nas fichas).

Sugestão de Cronograma para:

a) segundo semestre de 2001:

Julho:

Elaboração e aprovação do Projeto entre o Pacto e as parcerias;

Agosto e Setembro:

Treinamento e locais a serem pesquisados;

Outubro a dezembro:

Realização da Pesquisa.

b) primeiro semestre de 2002:

Janeiro a Julho:

Capacitação de agentes do IML, DDM, CT, educadores de rua etc.

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3